



Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais

ENSAIOS DO IEEI

Número 4

OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA OBRA DE GILBERTO
DUPAS

TULLO VIGEVANI

PETER DEMANT

CLODOALDO BUENO

São Paulo, abril de 2010



**Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais**

O Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP) é um centro multidisciplinar de análises e pesquisas sobre as questões econômicas e internacionais, congregando especialistas de diversas áreas para promover e enriquecer o debate dessas questões, produzir e divulgar trabalhos e promover parcerias com entidades públicas e privadas nas diversas atividades pertinentes ao seu objeto de atuação.

URL: <http://www.ieei-unesp.com.br>

ENSAIOS DO IEEI

Publicação que objetiva divulgar os resultados dos estudos realizados pelos membros do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.

Conselho Editorial

Andrés Serbin (CRIES/Argentina)
Carlos E. Lins da Silva (IEEI-UNESP)
Carlos Oliva Campos (UH/Cuba)
Clodoaldo Bueno (IEEI-UNESP)
Feliciano Garcia Aguirre (UV/México)
Gary Prevost (Stjohns/EUA)
Harry Vanden (USF/EUA)
Lenina Pomeranz (USP e IEEI-UNESP)
Luis Fernando Ayerbe (IEEI-UNESP)
Marcos Cordeiro (IEEI-UNESP)
Marta Loza (UDG/México)
Sandra Colombo (UNICEN/Argentina)
Tullo Vigevani (IEEI-UNESP)

As opiniões divulgadas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte.

ISSN 2176-8773

ENSAIOS DO IEEI

Número 4

OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA OBRA DE GILBERTO
DUPAS¹

TULLO VIGEVANI²

PETER DEMANT³

CLODOALDO BUENO⁴

São Paulo, abril de 2010

¹ Os textos presentes nesse ensaio são o resultado da Jornada Temática “Os estudos das relações internacionais na obra de Gilberto Dupas”, realizada pelo IEEI-UNESP em 01/10/2009.

² Professor da UNESP, pesquisador do CEDEC e do INCT-INEU, integra o IEEI.

³ Professor-doutor no departamento de História da USP, lecionando Relações Internacionais e História da Ásia.

⁴ Professor Titular da UNESP, docente do PPGR “San Tiago Dantas”, membro efetivo do IEEI.

SUMÁRIO

Gilberto Dupas (1943-2009) <i>Tullo Vigevani</i>	5
O estudo das relações internacionais na obra de Gilberto Dupas <i>Peter Demant</i>	16
Os novos atores e seus efeitos nas relações internacionais: a contribuição de Gilberto Dupas <i>Clodoaldo Bueno</i>	23

Gilberto Dupas (1943 – 2009)

Tullo Vigevani

Gilberto Dupas morreu em São Paulo em 17 de fevereiro de 2009. Nasceu em 30 de janeiro de 1943, em Campinas. No dia 1 de outubro de 2009 o Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), integrado à Universidade Estadual Paulista (UNESP), fundado pelo próprio Dupas em 2000, organizou uma sessão de homenagem a ele, ocasião em que tomaram a palavra Peter Demant e Clodoaldo Bueno, e também quem assina esse texto. Agora, ao escrever, passou mais de um ano desde o seu desaparecimento.

Logo após a sua morte, depois de uma rápida doença, câncer do pâncreas, que enfrentou de forma extremamente corajosa, de peito aberto, não aceitando curas invasivas que a essas alturas já não resolveriam, como escreveu em artigo no “O Estado de São Paulo”, inúmeras manifestações houveram, particularmente em São Paulo. Dupas foi ativo e enérgico até o último respiro. No quarto do Hospital Albert Einstein, antes de ir para sua casa, ao lado de Margarida e dos três filhos, onde morreu, ainda telefonava a amigos e colegas discutindo as questões que o haviam interessado ao longo da vida: política brasileira, relações internacionais, política de desenvolvimento, questões institucionais nas quais estava intensamente envolvido, segundo lembraram, em primeiro lugar, Margarida Dupas e Lenina Pomeranz. No enterro e na missa de sétimo dia, celebrada na Igreja de São Domingos, em Perdizes, fizeram-se presentes inúmeros intelectuais, profissionais, políticos, sobretudo muitos amigos, que com ele haviam compartilhado experiências e ideias, com ele haviam concordado ou discordado.

Em ocasião do lançamento de livro resultado de uma pesquisa desenvolvida no IEEI (*Uma nação com alma de Igreja*, 2009), coordenado por Carlos Eduardo Lins da Silva, o governador José Serra, em texto muito pessoal lido por Marcos Gasparian, relembrou os tempos de Escola Politécnica, onde muitos de nós convivemos, ao menos até o golpe de estado de abril de 1964. Serra relembrou velhas militâncias, na Juventude Universitária Católica, na Ação Popular. Lembrou o papel de Dupas no IPEA, destacou seu papel no governo Franco Montoro, como vice-presidente do Banespa, Presidente da Caixa Econômica Estadual e depois como secretário da Agricultura. Dupas havia pronunciado o discurso de formatura dos engenheiros de sua turma, formados em 1966, ao lado do paraninfo Dom Helder Câmara. Em outubro de 2009, por iniciativa do

governador, foi atribuído o nome do Professor Gilberto Dumas a uma Escola Municipal de Ensino Fundamental pelo prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. O presidente Luís Inácio Lula da Silva e o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim o condecoraram *post-mortem*, com o título de Grande Oficial da Ordem de Rio Branco. Dumas foi importante interlocutor dos formuladores da política exterior do Brasil, nos diferentes governos democráticos, pensando de forma universalista e voltado aos interesses brasileiros. Também *post-mortem*, Dumas recebeu do Cônsul Geral da França, em nome do Presidente da República francesa, a condecoração da *Ordre National de La Legion D'Honneur*, homenagem da qual havia tomado conhecimento, mas sem condições para recebê-la pessoalmente.

O que queremos destacar com maior ênfase, ao discutir a ação de Gilberto Dumas, é o seu papel de intelectual público e de democrata convicto, talhado para o diálogo franco, para a polêmica, inclusive para a crítica dura, utilizando o recurso do “prender in giro”, com o que fustigava alguns de seus melhores amigos. Dumas foi um profissional e um intelectual amplamente escutado pelo Partido da Social Democracia Brasileira mas também pelo Partido dos Trabalhadores, como antes havia sido pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Era ouvido com interesse por empresários, industriais, banqueiros, por sindicalistas da Central Única dos Trabalhadores. Insistimos nestes aspectos porque se trata de característica incomum no Brasil do final do século XX e início do século XXI. Foi interlocutor ouvido por diferentes governos, fase que se iniciou ainda antes da eleição de Tancredo Neves e José Sarney e continuou até sua morte, passando pelos governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Margarida Dumas lembra que ele conversou em Belo Horizonte com Tancredo Neves, quando este era governador, preparando-se para o cargo de Presidente, contribuindo para a elaboração das ideias que iriam ser as do primeiro governo civil depois de 20 anos de regime militar. Um fato significativo e militante: Dumas foi um dos idealizadores e o executor direto do painel das “Diretas Já” colocado no Vale do Anhangabaú em São Paulo. Contribuiu continuamente com ideias nos campos de economia, sobretudo de relações exteriores nos últimos 20 anos. Como ele sempre lembrava, nos meios intelectuais dialogou e colaborou com o CEBRAP, com o CEDEC, com o IDESP.

Coisa excepcional, não sendo professor de carreira, colaborou intensamente com a USP, especificamente com o Instituto de Estudos Avançados, participando de seu conselho e coordenando sua área de relações internacionais na década de 1990, e com o

Instituto de Relações Internacionais. Concebeu e coordenou o Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (GACINT) a partir de 1997. No último período de vida, de 2005 a 2009, colaborou com a UNESP, onde era professor do Curso de Especialização em Negociações Econômicas Internacionais do Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da UNESP, UNICAMP e PUC/SP. Suas relações com o mundo acadêmico de diferentes países foram intensas, tendo contribuído com inúmeras universidades brasileiras, como a FGV/SP, e do exterior, onde inclusive foi professor visitante na Paris II e da Universidade Nacional de Córdoba. Fundou em 2000 o Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, para cuja incorporação à UNESP trabalhou no último ano de vida.

Particularmente relevante é sua atuação ao longo de anos, até sua morte, como Editor de “Política Externa”, compartilhando com Celso Lafer, seu grande amigo, a tarefa. A preparação da revista, seu pluralismo, a incessante busca de consolidá-la como momento de cruzamento de ideias diferentes, certamente foi uma preocupação contínua. Dumas passa a participar de seu Conselho Editorial em junho de 1999. A partir do nº 4, volume 8, de março de 2000, ele, juntamente com Celso Lafer, tornam-se os editores, trabalho que se mantém incessantemente até o nº 4, volume 16, de março de 2008, quando apenas Dumas permanece na qualidade de editor. O último número a levar sua assinatura é o nº 4, volume 17, de março de 2009, em virtude de sua morte. Carlos Eduardo Lins da Silva, editor-adjunto, é quem assume o cargo vazio em virtude da morte. As relações de Gilberto Dumas com Fernando Gasparian, da Editora Paz e Terra, facilitaram esse trabalho. Dumas também teve forte relacionamento com a Editora da UNESP.

Não é nosso objetivo aqui discutir a biografia de Dumas, mas ressaltar a qualidade de intelectual público e de democrata convicto. Faremos algumas observações sobre sua produção intelectual, ressaltando sua formação humanista, seu interesse agudo por tudo o que é humano. Dumas teve nos últimos vinte e cinco anos, a partir de meados dos anos oitenta, coincidindo com a redemocratização, até a sua morte, influência no debate público brasileiro. O peso que alcançaram suas ideias resulta de suas pesquisas, de seus livros, de seus artigos na imprensa, de sua participação na mídia, sua presença em O Estado de São Paulo, na Folha de São Paulo, nos debates e entrevistas na Globo News. Suas posições críticas, irônicas às vezes, seu desencanto, muitas vezes, com o “politicamente correto” refletem a singularidade de suas posições.

Ainda que de modo extremamente fino e articulado, mostrou que não tinha medo de desagradar aos poderosos de todas as partes. Nos últimos vinte anos, de 1990 em diante, conseguiu estabelecer diálogo com diferentes correntes, possibilitando intercâmbios não marcados pela extrema ideologização ou pela lógica do pertencimento a uma ou a outra facção. Talvez nisso aprendendo de Franco Montoro, antes dele de Oscar Pedroso d’Horta, políticos paulistas com essa capacidade. Trata-se de posição impar num Brasil democrático, mas onde subsistem herdeiros ‘declassés’ do Clube da Lanterna ou nostálgicos de modelos de esquerda não adequados aos tempos modernos. Nesse sentido, Dupas foi um exemplo. Democracia é respeitar a opinião do outro, considerar posições diferentes, dando-lhes legitimidade no debate. Argumentar e contra-argumentar, buscando entender sistemas lógicos distintos. Agir para promover o debate de ideias. Ele costumava dizer, com certo orgulho, que conseguia, milagrosamente, colocar na mesma mesa opostos ou quem se atribuía a posição de oposto a outro.

Deve-se acrescentar que Dupas tinha algo do homem culto da *Belle Époque*. Qual a especialidade do engenheiro? Economia e Relações Internacionais. Seus conhecimentos e erudição dirigiram-se a diferentes campos. Não podemos dizer que se trate de um especialista num campo particular do saber. Sua sensibilidade para alguns temas, centrais em sua obra, economia internacional, exclusão social, globalização, deve-se à sua formação, sua disciplina no estudo e no trabalho intelectual. A experiência pessoal e a trajetória profissional têm grande peso. IPEA, bancos, indústria, governo, universidade, convivência acadêmica e de pesquisa, consultoria empresarial, foram todos momentos bem aproveitados que o levam a uma percepção muito interessante do papel das cadeias produtivas e das formas como a economia passou a funcionar a partir dos anos oitenta. Seu olhar o leva a análises realistas, no sentido da identificação do sentido das coisas. Justamente esse desvendamento da realidade é o que propiciou o interesse pela sua obra. Nos seus trabalhos, diria em todos, inclusive nos literários (*Retalhos de Jonas*, 1994; *O incidente*, 2008), há inconformidade com as injustiças. Mas sua denúncia não o leva a um tipo de análise normativa, concentra-se nas realidades efetivamente existentes. Suas preocupações pelas cadeias produtivas, pela exclusão social, pela financeirização da economia mundial, pelo papel dos fluxos de capital, pelo trabalho informal, têm em conta a realidade. A perspectiva crítica deriva da descrição dos fatos, do desvendamento dos mecanismos que os causam. Seu papel dirigente em empresas não impediu de visualizar os movimentos profundos, de entender

o que está por trás da aparência e dos discursos. Ao contrário, utilizou-se desse papel para o trabalho analítico.

Mostra, particularmente em seu livro, talvez o mais importante, *Economia Global e Exclusão Social*, de 1999, as adaptações do sistema capitalista e seu rastro inevitável, a exclusão social. Isso na medida em que é deixado ao sabor do mercado, em verdade ao sabor de alguns poucos centros que o controlam. “A economia global, apesar de toda a sua vitalidade, está agravando a exclusão social. O seu contínuo avanço não parece garantir que as sociedades futuras possam gerar –unicamente por mecanismos de mercado- postos de trabalho, mesmo que flexíveis, compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos” (p. 208). Trata-se, diz ele, da necessidade de acelerar a competitividade e a atualização incessante da tecnologia. Realisticamente, diz Dupas, as grandes corporações transnacionais, responsáveis por boa parte do desenvolvimento tecnológico, têm como missão competir e crescer. É isso que levaria à precarização do trabalho. Esse livro, escrito no final dos anos noventa, reflete objetivamente o quadro existente. Afirma que o espaço para a ação dos Estados, para políticas públicas vê-se diminuído, gerando assim uma enorme capacidade das cadeias globais na determinação das tendências. Não restaria outra possibilidade de controle senão a recuperação da capacidade de indução dos Estados nacionais, de forma a que estes retomem seu papel na formulação de políticas, o que seria possível, segundo ele, por um novo acordo entre governos e sociedade civil (p. 115). Claro que há nessa indicação uma perspectiva normativa, mas atenuada pelo reconhecimento da extrema dificuldade para evoluir nessa direção.

Sua visão dos problemas e seus diagnósticos mostraram uma significativa capacidade de construção de cenários, que hoje sabemos terem-se materializado. Mais interessante do que mensurar a capacidade de previsão, já que a história desenvolve-se por vias tortas, é tentar entender se ele captou aspectos essenciais da contemporaneidade que viveu. Ainda no livro *Economia Global e Exclusão Social* parece estarem inseridas questões que marcam a vida política e econômica. Uma refere-se a uma contradição essencial, que a crise iniciada em 2008 parece ter evidenciado: a contradição entre a democracia e a centralização das decisões econômicas em poucas mãos. “O Estado nacional vem sendo chamado em toda parte – e especialmente nos países que possuem uma estrutura de *welfare* – a garantir a sobrevivência dos cidadãos que estão sendo expulsos em grande quantidade do mercado formal. Ocorre claramente o que se poderia chamar ‘efeito democracia’: aumenta o número de desempregados e pobres, crescendo

sua base política. Introduz-se, assim, clara dissonância entre o discurso liberalizante das elites e a sua *práxis* política” (p.199). O que sucedeu em 2009, e parece prolongar-se, comprova que essa linha de raciocínio tinha fundamento. O Estado foi levado, com algum êxito, à necessidade de remediar os efeitos perversos do fundamentalismo liberal e da desregulamentação. Parte das saídas visando a atenuação dos efeitos perversos estaria na “recuperação da capacidade de indução dos Estados nacionais” (p. 201).

Um seu colaborador, Adalton Oliveira, chamou-me a atenção para o fato que a percepção de Dupas sobre o Estado era contraditória. Havia, como acabamos de ver, a expectativa de que caberia ao Estado retomar responsabilidades. Por outro lado, havia forte ceticismo a respeito dessa possibilidade. Em outro livro, de 2003, *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*, insiste no papel do espaço público. Mas é também nele que surge a ideia dos limites do Estado, capturado pelas forças dominantes. Para ele, essa captura nada tem a ver com espíritos diabólicos, é a forma que adquire a modernidade. “O sistema político unificado foi substituído por uma miríade de poderes organizados dispersos e não relacionados, cada vez mais hierarquizados entre eles em razão do grau das relações de força que o novo sistema pode mobilizar. Com isso, o conteúdo da regulação das relações sociais e sua orientação estrutural escaparam ao Estado e à representação política na qual buscavam legitimidade; agora essa legitimidade flutua totalmente ao sabor de uma opinião submetida ao poder mediático, apontando para uma crise no liberalismo e para uma nova organização dos papéis sociais em que as grandes empresas e a sociedade civil entendem ter espaço fundamental” (p. 68). Por isso, nos últimos anos, remetia-se com insistência a Ulrich Beck, que também apresenta fortes ambigüidades. Como este, sabia que havia espaço para a globalização, defendia a necessidade de uma visão transnacional, mas assinalava riscos e limites. Beck aponta os riscos da desumanização. Dupas chamou com ênfase a atenção sobre esse risco, por isso preocupou-se com temas tão diferentes, informação, meio-ambiente, religião. Acrescentemos uma possível ideia com a qual trabalhar ao analisar a obra de Dupas, um utópico. Um utópico com os pés bem apoiados no chão, que analisava esquadrinhando-o.

A tensão entre a realidade e a utopia está bem caracterizada. Em dois livros. *O mito do progresso* (2006) e *Meio ambiente e crescimento econômico* (2008), surge a crítica do progresso. De modo contraditório, como quase sempre em suas análises. “No alvorecer do século XXI, o paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo

do progresso trazido pela globalização. Mas esse *progresso*, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais” (2006, p. 14). Aqui, evidencia-se já não um autor das *luzes*, fascinado pelo progresso, mas um ser do século XXI atormentado pelos problemas que podem colocar em risco a humanidade. Não se trata de combater o progresso, mas de dar-lhe características humanas. A relação do homem com a natureza; a aceitação da ideia dos limites dos recursos naturais; a compreensão de que é decisivo ter em conta a necessidade do uso racional dos recursos e da adequação da ciência e da tecnologia, são temas que se inserem no centro de sua reflexão em seus últimos anos de vida.

É no livro *Tensões contemporâneas entre o público e o privado* que se torna mais clara sua ideia de democracia. Certamente está embebido da tradição liberal que, desde Locke, valoriza a ideia de tolerância. Mas parece avançar mais, a tolerância é um passo no caminho da democracia e da igualdade, mas não é tudo. “A tolerância, pois, pressupõe a não-aceitação de uma diferença cognitiva entre convicções e atitudes que perdura de maneira racional” (p. 84). Para Dupas, na coletividade política deve-se ter o pressuposto de que todos são iguais e do mesmo valor. Ele sabe bem que há ocasiões em que a vontade da maioria resulta da capacidade hegemônica. Por isso se trata, a todo momento, de buscar o equilíbrio entre indivíduo e coletividade. “Democracia, portanto, é a combinação da afirmação de uma liberdade individual com o direito de identificar-se com uma coletividade social, nacional e religiosa particular, sem degenerar em comunitarismo agressivo” (p. 89). Mas não apenas isso, democracia implica a revalorização do espaço público e a volta ao debate político. A disputa política no início do século XXI trava-se, principalmente, mas não exclusivamente, entre incluídos e excluídos. Para Dupas, questão importante a ser considerada, é a necessidade de dar sentido à vida. Atribui os problemas que preocupam o mundo atual à falta de capacidade de, como havia sido nas *luzes* ou no século XIX, afirmar a condição humana na tensão entre a transitoriedade da vida e a aspiração de eternidade. Em outras palavras, falta um projeto, quando se torna visível que os objetivos que alguns diziam que prevaleceriam ao final do século XX surgem em frangalhos. A idealização do fim da Guerra Fria, que levaria à transformação de espadas em arados, mostra-se fracassada. Sua crítica à crença no fundamentalismo de mercado é implacável, mesmo reconhecendo sua grande força. Ele interpreta movimentos de protestos, formas

aparentemente desconexas de ação, como possíveis partes de um *puzzle* que tenderia à reconstituição do objetivo de dar sentido à vida das pessoas, dos grupos, das nações.

Se os estudos de Dupas sobre as formas que foi tomando a economia internacional a partir dos anos oitenta constituem a parte mais elaborada de sua obra, sua influência no debate brasileiro de relações internacionais se fez sentir decididamente. Sua intervenção em ocasião do lançamento do livro *A nova configuração mundial do poder*, de 2009, publicada na revista Política Internacional, uma de suas últimas presenças públicas, comentando a crise financeira iniciada em setembro de 2008, não prevê o fim da hegemonia norte-americana, ela continuaria, mas seriam necessários “consensos multipolares que aliviem as tensões mundiais e gerem condições de governabilidade sistêmica” (p. 136). Também nesse caso, a mesma metodologia: “Gostemos ou não”, busca identificar as realidades, as relações de poder existentes, sem esconder as próprias posições.

É interessante verificar a posição de Dupas no tocante à configuração da política internacional, numa época em que no Brasil parece haver polarização de posições, inclusive no tocante às relações com os Estados Unidos. Para ele não se trata de alimentar o antiamericanismo. Ele é claro nesse sentido. Trata-se da argüição dos riscos em que se incorre se o diagnóstico não é preciso. Tem a ver com uma interpretação que encontra suas raízes em parte da tradição da política exterior do Brasil. Dupas, analisando a política do governo W. Bush, afirma que “define um estilo de exercício hegemônico fronteiro à coerção (...). Compartilho das reflexões de John Ikenberry que atribui a essa estratégia perigos e grandes riscos de insucesso, podendo deixar os Estados Unidos em meio a um mundo ainda mais hostil e dividido” (*Tensões Contemporâneas entre o público e o privado*, 2003, p. 107 – 108). A visualização de que não há nenhuma tomada de posição de tipo amigo – inimigo a encontramos na conclusão do mesmo livro. Dupas, sem dúvida, acredita que o poder americano está longe de declinar irreparavelmente. De certo modo, é o mesmo raciocínio que desenvolveu sobre o capitalismo: não está morrendo. Para ele, o mundo tem necessidade dos Estados Unidos. Trata-se de uma realidade. “O mundo global não pode prescindir das virtudes hegemônicas de sua maior potência, até porque tão cedo não haverá candidato à vista que possa substituí-la (...). Se os Estados Unidos não assumirem o papel condizente com seu próprio poder, o que inclui antes de tudo a tolerância com as diferenças, teremos grandes probabilidades de um século marcado pelas dores de um forte retrocesso” (p. 133).

Para Dupas a ideia de intolerância tem diferentes significados. Para ele, a intolerância tem a ver com o medo e com a incerteza no mundo contemporâneo. Para o pensamento liberal, sabemos, a tolerância é um valor fundamental. Locke debruçou-se sobre isso. Para Dupas, a questão é mais complexa. Trata-se de uma virtude política componente da cultura liberal, ideia que recolhe de Habermas. Ao mesmo tempo, a tolerância seria um estado intermediário. Assim avança mais, como outros autores que também discutiram essa ideia. Portanto, a tolerância tem a ver exatamente com a dificuldade no estabelecimento da cooperação duradoura. Desse modo, a ideia de intolerância tem a ver com a irreconciliabilidade. Quando há situações onde não são possíveis as reconciliações, a tolerância intervém para permitir a convivência, níveis aceitáveis de relações. Por isso fala em tolerância ao analisar a falta dela na política norte-americana. Dupas afirma: “A recusa a aceitar crenças diferentes é que torna necessária a tolerância (...). A tolerância, pois, pressupõe a não aceitação de uma diferença cognitiva entre convicções e atitudes que perdura de maneira racional” (p.84). Por isso, como está na filosofia política dos séculos XVII e XVIII, a ideia está ligada a conflitos religiosos e Dupas a utiliza para discutir o fundamentalismo e os que alegam estarem em luta contra esse mesmo fundamentalismo. No fundo, para ele, o fundamentalismo, o ressurgimento do conceito de tolerância, são todas questões ligadas ao fim das utopias, ao fim das ideias que articularam a vida social nos séculos XIX e XX. Ideias tão importantes como as de comunidade nacional, comunidade religiosa, grupo social. Muitos dos movimentos contemporâneos têm a ver com a necessidade de dar sentido à vida, provavelmente à necessidade da busca do equilíbrio de democracia com novas possibilidades de identificação. Por isso compreende e discute o fundamentalismo, os protestos antiglobalização, enfim tudo o que é aparentemente antissistêmico. Para ele são manifestações na busca de novas identificações.

Essas me parecem serem as linhas mestras do pensamento de Dupas. Um crítico acérrimo do capitalismo, mas acreditando que é o modo prevalecente de organização do sistema produtivo na modernidade. O futuro do capitalismo global depende de radical revisão de seus conceitos. A economia tem ao mesmo tempo grande vitalidade e grande propensão ao aumento da exclusão. As grandes corporações são as responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico, o direcionam, com isso aumentando os bolsões de pobreza, que dialeticamente são incorporados ao mercado global, visando à diminuição de custos, o que é inerente ao capitalismo. Como dissemos, Dupas acredita no papel do

Estado, por isso é mordaz com os defensores do Estado mínimo e com aqueles que acreditam no seu desaparecimento. Em seu *Ética e poder na Sociedade da Informação*, de 2001, essa ideia é transparente, mas se repete no conjunto de sua obra. “O Estado, se autêntico representante da sociedade civil, deveria ter a função de garantir essas condições que permitam fazer prevalecer a justiça sobre o valor econômico” (p. 134). Acredito que um dos pontos mais importantes de sua obra é sua sinalização da contradição em que incorre o Estado. Por um lado, expressa os interesses das categorias dominantes da economia global, mas por outro, é ao mesmo tempo o *locus* de grande contradição, nele podem exercer a sua influência os milhões de excluídos. Para isso, porém, devem estar organizados. A mesma ideia se repete no livro de 2005 *Atores e poderes na nova ordem global*. Os Estados apresentam caráter paradoxal, ao mesmo tempo em que se fala em reduzi-los, são indispensáveis. Os acontecimentos posteriores à crise de setembro de 2008 que ele presenciou em seu início, confirmariam plenamente essa equação.

Gilberto Dupas, como dissemos, destacou-se por sua presença no debate brasileiro de questões internacionais. Com esse perfil foi interlocutor importante de destacadas universidades e *think thanks* latino-americanos, europeus, norte-americanos. De universidades argentinas, mexicanas, das Fundações Konrad Adenauer, Friedrich Ebert, Ford, do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa. Foi um crítico dos processos de integração latino-americanos, em particular do Mercosul. Não desconheceu seu significado, mas insistiu em sinalizar seus limites com origem na instabilidade macroeconômica. Para ele a única forma de superar as dificuldades que acabam por desestabilizar a integração, seria compreender o mundo transnacional e promover complementaridades que o tenham em conta. Em verdade, não tinha confiança na capacidade dos governos e das elites da região de se mobilizarem nessa perspectiva (*América Latina no início do Século XXI*, 2005).

Como dissemos, característico de Gilberto Dupas é a de um ser humano culto, com reflexão e opiniões fortes sobre diferentes temas, muitos dos quais não abordamos nesse breve comentário sobre sua obra. Apenas fizemos referência a suas incursões pela literatura. No capítulo “Dinheiro” de seu *Incidente* (2008), conto com evidentes sinais autobiográficos, se afirma homem de esquerda. Hoje não é simples uma definição precisa a esse respeito. Gilberto Dupas foi uma pessoa extremamente democrática e generosa, carismática, tendo grande poder de convocação. Exercitou a democracia, foi muito além da tolerância, dialogou efetivamente com a diversidade, que a tinha como

parte natural da vida. São qualidades que estiveram e estão em falta no Brasil e no mundo dos séculos XX e XXI. Essas qualidades precisam ser registradas. Trata-se de uma lembrança dele. Lembrança que ensina.

O estudo das relações internacionais na obra de Gilberto Dupas

Peter Demant

Agradeço a oportunidade de compartilhar algumas impressões acerca do saudoso Gilberto Dupas, contudo é mister destacar de antemão que eu não me considero a pessoa mais adequada para falar dele. Como historiador focando o Oriente Médio e o mundo muçulmano, não possuo conhecimentos particulares sobre os principais campos de atuação de Dupas: a política econômica e a política brasileira. Nossas opiniões políticas também diferiam bastante. Contudo, cheguei a respeitar imensamente este cientista, autor e ator público, que era também um homem muito gentil, e cujo desaparecimento prematuro deixa um vazio em múltiplas esferas.

Concentrar-me-ei na contribuição de Dupas ao estudo das RI, mas devo começar com algumas memórias pessoais. Quando cheguei ao Brasil há dez anos, Dupas foi uma das primeiras pessoas que conheci: uma pessoa de grande visão e percepção, eficaz em suas colocações, mas também – como logo percebi - eficaz em intuir o que um evento sobre o conflito no Oriente Médio acrescentaria ao seu GACINT, à época, integrado no IEA (Instituto de Estudos Avançados na USP). Por meio de Umberto Cordani da CCInt da USP, fui-lhe apresentado. Dupas imediatamente me envolveu numa discussão sobre os desenvolvimentos do Oriente Médio, aí incluída a questão de Israel-Palestina. À época, eu ainda morava em Jerusalém e atuava em projetos de paz junto ao *Harry S Truman Research Institute for the Advancement of Peace* na Universidade Hebraica, fazendo reuniões conjuntas entre membros do campo de paz palestino e israelense.

Dupas demonstrou um excelente entendimento da relevância dessa questão para o mundo, então ainda pouco estudado no Brasil e imediatamente solicitou que eu organizasse um evento sobre o conflito israelo-palestino no IEA, trazendo integrantes de ambos os lados. Tullo Vigevani em seguida me visitou em Jerusalém. Juntos, detalhamos o evento que tomou lugar em abril de 2000 contando com a participação dos Profs. Edy Kaufman e Ephraim Kleiman da academia israelense e dos Profs. Manuel Hassassian e Riad Malki do lado palestino. O simpósio foi seguido por um concorrido debate público no auditório da *Folha de São Paulo* e em seguida transformado no livro *Israel-Palestina: A construção da paz vista de uma perspectiva global*, com artigos e palestras apresentados no simpósio (Gilberto Dupas e Tullo Vigevani, Orgs., São Paulo: Editora UNESP, 2002). Foi meu primeiro contato com a capacidade que Dupas tinha de

aglutinar pessoas e ideias, e o primeiro livro de sua mão, dos muitos que vi nos anos a vir.

Em 2001 fui convidado para ser responsável pelo Oriente Médio junto ao Gacint (mais tarde acrescido de Samuel Feldberg) e pude constatar em diversas ocasiões o papel muito dinâmico de Dupas à frente tanto do GACINT quanto do IEEI. No decorrer dos anos tivemos muitos debates e encontros, inclusive diante das câmeras de TV. Nem sempre concordamos, mas sempre ele acrescentou algo ao meu pensar as coisas. Os debates eram não apenas sobre o Oriente Médio, mas envolviam questões mais amplas, muitas vezes relacionadas a temas da relação entre Ocidente e Oriente. As reflexões de Dupas estão entre os fatores que inclusive inspiraram minha tese de livre docência (*Choque dos universalismos: Estudos sobre a interação ocidente-islã* - FFLCH USP, 2007).

Lembro da figura de Dupas como um grande e carismático organizador, uma fonte de inspiração. Suas esferas de interesse incluíam a economia, a filosofia e as relações internacionais, que para ele não constituíam campos separados, mas um total interligado. Dupas era um “homem renascentista” multifacetado, mais do que pensador sistematizador. No entanto, no campo das Relações Internacionais no Brasil ele conta sem dúvida entre os 10 ou 15 principais articuladores de vanguarda. Não li todos os seus livros e artigos. Ele era sempre um intelectual muito produtivo, mesmo durante o período de sua doença. Já doente, participou, a meu convite, em maio de 2008, de um debate no Laboratório de Estudos da Ásia (LEA) no Departamento de História da USP, onde teve uma presença muito forte, quando muitos pensavam que ele nem conseguiria vir.

Dupas e as Relações Internacionais

De certa maneira Dupas expressou em sua obra uma visão que cheguei a entender como sendo algo como o informal consenso progressista brasileiro sobre as relações internacionais. Destaco sete pontos que considero notáveis em sua visão:

1) **Radicalismo.** Dupas era sem dúvida um homem da esquerda. Se levarmos em conta as três principais correntes na teoria das RI: (a) o realismo, com autores como Mearsheimer ou até Huntington; (b) o neoliberalismo exemplificado por Fukuyama; e (c) a linha radical representada por Chomsky e Wallerstein, fica claro que Dupas tinha

maior afinidade com esse último grupo. Contudo, ainda que o marxismo tenha influenciado seu pensamento, ele nunca foi um marxista no sentido formal.

2) **Economicismo.** Dupas era materialista a ponto de algumas vezes superestimar os fatores financeiros. Seu *background* profissional naturalmente o influenciava nesta tendência. Uma certa negligência de fatores ideais teve como consequência que Dupas prestava relativamente pouca atenção aos desenvolvimentos culturais. Seria, porém, um erro acusá-lo de cegueira em relação à importância do *soft-power*, que ele mencionou em particular em relação aos EUA.

3) **Crítica aos EUA:** Assim como tantos de seus colegas brasileiros, Dupas era muito ácido em relação aos EUA. Mesmo assim, conseguiu sempre evitar posições extremadas. Ele lamentava o que via como uma arrogância imperialista dos EUA e receava que o descaso dos EUA com as instituições e normas internacionais acabasse se tornando um *boomerang* contra os interesses dos próprios Estados Unidos. Esta opinião tinha muito a ver com sua visão sobre o ocidente em geral.

4) **Pessimismo para com a União Europeia e o ocidente em geral.** Dupas considerava a Europa dividida demais para preencher um papel predominante na cena internacional. Pois a Europa nem consegue resolver seus dois problemas inescapáveis: 1- a tensão entre o Estado social e a globalização “selvagem”; e 2- o dilema entre o multiculturalismo oficial, e o islamismo radical de uma parte significativa das minorias muçulmanas imigradas ao velho continente. Vê-se claramente essa última questão nas reações europeias ao desejo da Turquia em ser aceita na UE. Antes de colocar a fonte do problema na imigração, no fundamentalismo, ou no próprio islã, Dupas acusa o que ele via como complexo de superioridade do ocidente pelos problemas. Assim, por exemplo, o significado das manifestações de 2005 na França seria facilitar a volta dos xenófobos de direita. Isto, por sinal ele considerava um padrão crescente no continente. Dupas presta especial atenção à França, talvez consequência de seu *background* pessoal. Ele era, de fato, um dos poucos especialistas aqui no Brasil que seguiam em detalhe a política europeia. Logicamente, sua ênfase era na parte latina do continente, mesmo quando isso implicava numa menor atenção para com Alemanha e Europa oriental.

Em suma, para Dupas, estas duas formam um conjunto único: a arrogância dos EUA e a fraqueza europeia. Aliás, sua crítica aos EUA não se limita às suas políticas

externas concretas, mas inclui a situação ideológica interna no bojo da sociedade norte-americana, que impediria a reflexão sobre seu próprio papel. Dupas não considerava que as guerras unilaterais e preventivas dos EUA fossem uma reação ao terrorismo ou à ameaça de proliferação das ADM's, e sim que o terror e a proliferação fossem uma reação ao imperialismo norte-americano.

Em um de seus últimos artigos na revista *Panorama da Conjuntura Internacional*, Dupas chamou atenção aos “sinais de outono” que para Braudel eventualmente iriam sinalizar o fim do capitalismo global. Dupas não compartilha esta esperança braudeliana, não acreditava que o outono chegará tão depressa. Portanto, o Sistema Internacional ainda precisa de alguma hegemonia benevolente que possa proporcionar uma boa governança a todas as nações: como a Europa é dividida, a Rússia não mais um verdadeiro candidato (Dupas implicitamente achava uma pena o desaparecimento da antiga URSS?), e a China ainda distante de se candidatar, o mundo ainda precisa dos EUA. Estes deveriam se comportar como irmão mais velho e sábio e não como valentão para com as demais nações.

5) **Multilateralismo.** Dupas valoriza a legalidade internacional, o papel das Nações Unidas, e as instituições internacionais. A violação da supremacia da lei internacional foi seu motivo mor para se opor à invasão do Iraque em 2003 (ainda que eu suspeite que uma ligeira e discreta admiração por Saddam Hussein se infiltrasse nesse legalismo). Mas de qualquer forma, o que Dupas rejeitava eram principalmente os motivos americanos e não apenas seus instrumentos, as supostas “mentiras” sobre as ADM no Iraque. Em seu multilateralismo, sua posição política se encaixa na linha tradicional da diplomacia brasileira.

6) **Estruturalismo.** Foi Dupas um estruturalista? Pode ser um exagero falar de uma influência de Lévi-Strauss, um dos padrões da intelectualidade brasileira progressista, em Dupas. No entanto, é certamente verdade que o pensamento dupasiano deixa relativamente pouca latitude aos indivíduos - ou a nações individuais - para que consigam escapar das determinações históricas. Mesmo assim, seu “estruturalismo” estava longe de ser extremo. Um de seus últimos artigos lidava, precisamente, com o papel da personalidade na história, citando como exemplo o presidente francês Sarkozy. Afinal de contas Dupas acreditava que as ações coletivas ainda têm as melhores chances de mitigar os efeitos nefastos da exclusão social. Interessantemente, através dessa ideia

de “operar dentro das margens estreitas da realidade”, ele provou ser em essência um socialdemocrata.

7) **Relativismo.** No final de sua carreira intelectual, provavelmente influenciado pelos pós-modernistas franceses, Dupas tendeu ao relativismo pessimista. Não por acaso chamou de *O Mito do Progresso* um de seus últimos livros: a História não mais aparece como o relatório consistente do progresso humano, mas doravante como um mero caminhar sem destino claro.

Dupas não ficaria feliz com uma hagiografia, pois gostava de debates vigorosos. Portanto posso admitir que em diversos pontos estávamos em diametral oposição: ele era radical enquanto eu me considero bastante liberal; ele enfatizava a economia, eu sou bastante culturalista. Em contraste com seu antiamericanismo, sou relativamente favorável aos EUA. Em contraste com seu pessimismo, permaneço otimista no que tange à civilização ocidental e à expansão de confederações pacíficas de tipo UE em todo mundo. Continuo a acreditar no impacto de indivíduos e grupos, sendo antes voluntarista que determinista. Diferente de Dupas, apesar de minha apreciação da legalidade internacional, eu – vindo de uma “escola” que nunca superou o trauma de Munique 1938 - acho que esta deve às vezes ser infringida ou sacrificada com a finalidade de manter a segurança internacional - valor não menos vital para todos nós. Finalmente, não perdi minha fé (minimizada, mas ainda sobrevivente) na universalidade de certos valores para guiar a convivência humana e global.

A especificidade do pensamento internacionalista dupasiano

Nas sete características acima, Dupas expressou de forma muito nítida, aguda, mas ponderada, crenças que encontramos – mas muitas vezes de maneira seja mais opaca, seja mais extrema – entre um sem-número de participantes no país no debate público sobre as Relações Internacionais. Sua esperança na democracia, na paz internacional, e no vínculo entre ambas, embora não fortemente articuladas em sua obra, corresponde sem dúvida também a uma ideologia continental latino americana, hoje amplamente disseminada. Obviamente tudo isto não significa que Dupas era *apenas* um representante de ideias brasileiras, ou que sua obra se *reduz* a isto. De fato, em alguns pontos seu pensar divergiu significativamente desse hipotético “consenso nacional”. Salientemos a ausência de qualquer sombra de argumentação nacionalista. Mesmo

falando do Brasil, Dupas sempre parte de categorias e valores universais. Isto é notável num continente onde os nacionalismos são (pelo menos para um estrangeiro como eu) surpreendentemente presentes. Nem percebi jamais nele a influência da religião, ainda que tenha sido um jovem militante do movimento católico progressista. Minha conclusão é que Dupas era um universalista não obstante os rótulos que outros (e, às vezes, ele mesmo) colavam à sua pessoa. Nisto ele foi, ao mesmo tempo, mais *old-fashioned* e mais avançado do que a maioria de seus coetâneos.

Concluimos com algumas rápidas observações sobre as posições de Dupas no **Oriente Médio**. Quais eram suas principais opiniões no que diz respeito aos três conflitos atuais mais perigosos?

1) **Iraque**: Dupas estava certo em rejeitar a intervenção anglo-americana de 2003? Seis anos passaram, e o veredicto ainda está em suspenso. Os altos e baixos da construção da democracia no Iraque refletiam-se em inúmeras discussões que tínhamos no GACINT - por exemplo, se este estava mergulhando numa guerra civil. Dupas se mantinha cético, mas aberto o bastante para deixar se surpreender se for o caso.

2) **Irã**: qual é a resposta certa da parte da comunidade internacional para com sua nuclearização - guerra ou diplomacia? Dupas certamente tendia ao último. Seria interessante saber sua opinião sobre o tumulto pós-eleições de junho deste ano. Como teria interpretado a aproximação de Ahmadinejad com Chávez? E com Lula?

3) Na questão **Israel-Palestina**, Dupas tomou uma posição muito moderada. Era mais um “externalista”, quase um realista, que via nesse conflito, antes de tudo, um entrave que mantém o Oriente Médio como um todo num estado de atraso crônico e desnecessário. Embora freqüentemente criticasse os impulsos agressivos de Israel, nunca duvidou do direito à existência do Estado Judeu, e esteve sempre a favor de negociações de paz e, portanto, do diálogo. Não à toa ele foi o impulsionador do exercício de diálogo no IEA em 2000. Acredito que Dupas ficaria satisfeito com a posição assertiva do presidente estadunidense Obama contra os assentamentos e a favor de uma solução de dois Estados. Por outro lado ele provavelmente teria se oposto à exclusão do Hamas das negociações.

Onde estamos hoje? E para onde vamos a partir daqui? Temos que prosseguir sem as opiniões de Gilberto Dupas. Sinto falta principalmente da análise que ele faria da ausência de globalização no Oriente Médio, e do tipo de transnacionalização que vigora ali. Suas intuições poderiam nos ter ajudado a dar um sentido aos particularismos étnicos e religiosos que assolam aquela crucial parte do nosso mundo. Dupas lutou com e por suas ideias até seus últimos dias. Daqui para frente o fardo desta bandeira cabe ao coletivo de todos os estudiosos brasileiros das Relações Internacionais.

Os novos atores e seus efeitos nas relações internacionais: a contribuição de Gilberto Dupas

Clodoaldo Bueno

Gilberto Dupas deu relevante contribuição aos estudos internacionais ao mapear e assinalar os efeitos da lógica da economia global sobre a política e a sociedade, em especial no que se refere à exclusão social e à revisão do *welfare state* no interior dos estados nacionais. Não lhe escapou à observação a política de blocos, governabilidade e as questões de soberania.

Por isso mesmo, os trabalhos de Dupas inserem-se no debate sobre o papel da economia no curso da história. Embora não haja consenso a respeito, ninguém descarta a influência decisiva dos fatores econômicos sobre as relações internacionais. Na mesma linha dos trabalhos, hoje clássicos, de Pierre Renouvin, Jean Baptiste Duroselle, cuidadoso como é normal no historiador infenso a dogmas e apriorismos, tendia, entre as interpretações disponíveis a respeito das forças que interferem de modo determinante nas relações internacionais, para aquela que reconhecia a existência das esferas política e econômica e que ambas exercem influência recíproca e se entremeiam, “mas sem que uma ou outra exerçam continuamente uma influência preponderante”. (*Todo império perecerá*, p.172). A questão central que se coloca para o analista é circunscrever o epicentro das grandes transformações no curso das quais aquele cenário adquire nova configuração que ilumina à nossa compreensão as mudanças que se processam em níveis inferiores, mas não menos importantes, tanto na região quanto no âmbito das fronteiras nacionais, afetando setores da economia, relações bilaterais e o quadro geopolítico.

Dupas acompanhou e leu com perspicácia, própria do profissional com sólida formação teórica, as transformações do mundo contemporâneo e as decodificou em extensa bibliografia, cuja abrangência, riqueza de informações (incluindo-se dados econométricos), agudez e precisão analítica, constituem-se em matéria prima de primeira qualidade, valioso arrimo para o estudioso que queira entender e delimitar as transformações recentes do capitalismo e ensaiar uma interpretação sobre seu peso na história e, mais especificamente, nas relações internacionais. Impõe-se, assim, mesmo correndo-se o risco de não se atingir cabalmente o cerne do debate, expor aspectos centrais do seu pensamento no que se refere ao jogo e aos novos atores do cenário global.

Nas análises de Dupas geralmente tem-se como marco inicial a queda dos estados comunistas, iniciada no final da década de 1980, que levou à destruição do sistema das relações internacionais fundado no equilíbrio do terror. Entre as decorrências desta questão central alinham-se a fragmentação política e o consequente surgimento de vários estados nacionais soberanos, dando assim nova configuração à ordem internacional que tinha suas raízes na reorganização da Europa pós napoleônica. Outra decorrência decisiva na moldagem da nova ordem foi o advento, nas duas últimas décadas do século XX, do ciclo de reformas neoliberais, repousadas na retórica de sua inexorabilidade e, portanto, obrigatórias para o crescimento econômico das nações. Prevvia-se a chegada de uma era de prosperidade mercê de uma política de estabilização, de abertura comercial, redução de tarifas, internacionalização da produção pautada na lógica das cadeias produtivas, e da privatização de empresas públicas tendo-se em vista a melhora da competitividade e o aumento da oferta de serviços. Tais reformas correram paralelas à defesa do Estado mínimo, visto como saída para a resolução dos problemas do setor público estrangulado por dívidas. A lógica completava-se com a defesa da flexibilização do mercado de trabalho, entendida como necessária para enfrentar o desemprego.

Segundo Dupas, esse ciclo, já em 2001, estava encerrado, pois os resultados da aplicação das reformas se lhe afiguravam, no geral, decepcionantes, não tendo ocorrido nova era de prosperidade prometida aos grandes países da periferia mundial que levaram a efeito o conjunto de reformas. O que restou para a maioria daqueles países, bem como os da América Latina, foi uma sucessão de crises econômicas, além da elevação do nível de vulnerabilidade externa e do agravamento de desequilíbrios estruturais, uma vez que as dívidas mais que duplicaram, aumentaram os déficits comerciais e, em escala espantosa, os das transações correntes. Países como a Argentina, Turquia e o Brasil, quando não passaram por crises econômicas, lutaram para manter ou equilibrar suas contas externas. O ciclo de reformas neoliberais acelerou a integração das grandes economias do capitalismo global, mas provocou, salvo exceções, impasses que baixaram a qualidade dos empregos e pioraram a distribuição de renda. E mais: o aumento das importações determinado pela lógica das cadeias produtivas não foi acompanhado pelo crescimento das exportações, resultando disso espasmos de crescimento situados entre uma crise e outra. Dupas reafirmou essa posição em 2005 na introdução do livro por ele coordenado sobre as perspectivas da América Latina no início do século XXI. Os resultados decepcionantes posteriores à

aplicação do receituário neoliberal eram-lhe visíveis, também, na exclusão social e concentração de renda, nas crises profundas e no retorno de tendências neopopulistas. A análise permite concluir, acessoriamente, que o pragmatismo, fundado no bom senso, parece ser mais adequado para o enfrentamento de graves problemas econômicos nacionais do que as tentativas de atualização às correntes de pensamento vigentes sem se atentar para as particularidades locais. Passada a onda de reformismo neoliberal, pelo esgotamento do próprio modelo e pelas contradições que gerou, o que será que nos espera? O que surgirá de novidades no próximo receituário? Dumas apontou alternativas e, sobretudo, desvendou consequências não previstas pelos estrategistas. De qualquer forma, o caminho para o desenvolvimento autossustentado, dizia, é longo, sem mágicas e sem muito espaço para manobras.

Nessa linha, viu os blocos regionais como tentativas de articulações de políticas nacionais defensivas ou ofensivas. A superação das dificuldades dos blocos regionais dar-se-ia somente pelo aumento das exportações de alto valor agregado, pelo reforço da competitividade sistêmica e luta pelo acesso aos mercados. No caso específico do Mercosul, houve rápido crescimento do comércio intrabloco. Os quatro bilhões de dólares de 1990 subiram para vinte bilhões em 1998, todavia, cerca de 60% desse volume referiam-se a trocas internas industriais. O volume de importações de fora do bloco cresceu 146% no período 1992-98, contra um aumento de apenas 61% nas exportações, o que coloca dúvida sobre a eficácia do regionalismo aberto, pois este agravou o desequilíbrio externo estrutural. A lógica das cadeias produtivas globais exige importações além do que é permitido pelas exportações. Isto vale para toda América Latina. O crescimento dos países da região provoca, dessa forma, ampliação dos déficits comerciais, em parte compensados pela entrada de capitais, e esta, por sua vez, faz crescer ainda mais a remessa de lucros, bem como a dívida externa agravada pelos juros. Dumas alertou que os países da América Latina poderiam “facilmente cair na armadilha da especialização competitiva e da guerra de preços relativos, tão a gosto das corporações transnacionais” e, assim, opinou que seria vantajoso para a América do Sul envolver-se “num Mercosul refundado e ampliado, se houvesse um convencimento da sociedade civil e da classe política”. A integração efetiva deveria ser iniciada “por uma verdadeira harmonização das políticas econômicas e sociais “sem vitalidade e de volta a um padrão ‘antigo’ de troca de “especialidades”, o Mercosul carecia “de políticas macroeconômicas comuns, ampliação geográfica e decisões estratégicas

amplas profundamente comprometidas com a visão transnacional para que os acordos regionais possam ser eficazes.” (*América Latina no...*, p.325-326).

As críticas ao sistema capitalista global em razão dos seus efeitos perversos não transformaram Dupas num utopista, pois apesar do aumento da exclusão, da concentração de renda e da riqueza, bem como o agravamento de tensões e imperativos de legitimação, aquele sistema “continua sendo a única alternativa eficaz em grande escala disponível na atual ordem global.” A lógica de acumulação capitalista fora recuperada após a grave crise do final dos anos 1970, o que lhe dava a entender que mesmo com grandes distorções sociais e políticas e apesar de “eventuais estreitamento na demanda global” a “vitalidade da inovação tecnológica” mantinha o dinamismo do sistema, sem sinais de esgotamento. (*Atores e poderes...*, p.284-5). Sem perder a esperança, mas com os pés no chão, afirmava que enfrentar os desafios gerados numa nova lógica global significava “aceitar, como primeira condição, o fato de que estamos definitivamente inseridos na realidade global; e que ela, muitas vezes, tem traços perversos. A globalização contemporânea é uma força normativa que impõe diretrizes e políticas.” Tal lógica fez com que a participação nas cadeias produtivas passasse a ser uma “obrigação” e não mais “opção”, pois seria pior ficar fora delas. As grandes corporações e os capitais fluem livremente pelo mundo, “estimulando a competição e jogando os países uns contra os outros com a contínua ameaça de exercer a *opção-saída: não invisto; ou vou embora*”, mas, por sua vez, o trabalho, circunscrito ao país de origem, é o mais prejudicado, enfrentando uma luta desigual frente àquelas corporações. (*América Latina no...*, p.16).

Para encarar este quadro hobbesiano, sobretudo pelas implicações sociais, o Estado foi revalorizado por Dupas, que lhe atribuiu um papel decisivo no processo de desenvolvimento. A complementaridade entre Mercado e Estado permitiu a prosperidade dos Estados Unidos, da Europa Ocidental, bem como de alguns países asiáticos na segunda metade do século XX. O conceito sobre o qual se assentava a função complementar do Estado fora abalado a partir das reformas neoliberais recomendadas pelo “consenso de Washington”. Para nosso autor, simplesmente abrir a economia ao comércio e ao capital estrangeiro não levava ao desenvolvimento. Era preciso combinar duas tendências: “Toda economia bem sucedida foi uma mistura de Estado e mercado, *laissez-faire* e intervenções”. É necessário “combinar as oportunidades oferecidas pelos mercados internacionais com uma estratégia de desenvolvimento doméstico que estimule o lado agressivo dos empreendedores locais”.

(*Hegemonia, Estado e gov...*, p.16-17). Os países de melhor desempenho foram aqueles que liberalizaram parcial e gradualmente suas economias.

O Estado tem ainda outras funções face às empresas gigantescas, que são os regentes da nova economia mundial. Embora as pequenas e médias empresas não estejam condenadas ao desaparecimento, pois podem se associar aos líderes das cadeias produtivas, o fato é que as privatizações e as concentrações provocaram rápida mudança de atores no cenário econômico em inúmeros países com a emergência de uma elite concentrada e internacionalizada, que possui uma percepção de interesses diversa daquela do Estado, que, em consequência, passa a sofrer pressão dos lobbies representantes de forças imensas. Os estados nacionais ficaram, assim, sujeitos a pressões que atuam num padrão de demandas que se conflitam entre si, pois se exige um Estado minimalista que cuide da aplicação de normas derivadas do neoliberalismo, como a desregulamentação dos mercados e a privatização dos serviços, o que leva à deterioração do quadro social, que, por sua vez, requer um Estado forte e regulamentador. Este, portando, demanda preparo tanto para proteger os empreendimentos nacionais quanto para defender o interesse global do país e induzir seu desenvolvimento, além de zelar pelas tarifas e controlar a qualidade dos serviços. Uma vez que o capital não se autorregula, pois seria contrariar sua própria lógica, compete ao Estado enquadrá-lo nos limites legais, tentando conciliar suas metas voltadas para o lucro máximo com os interesses da sociedade, sobretudo a preservação do nível de emprego e do meio ambiente. As reflexões de Dupas, neste aspecto, fizeram-no, reiteradamente, afirmar que era “fundamental redefinir o Estado e o campo da política como instrumentos para reequilibrar e domar as forças em jogo”. (*América Latina no...*, p.319).

Pode-se, neste passo, observar, a título de acréscimo, que nem sempre o Estado guarda a necessária neutralidade como ente mediador entre forças divergentes (forças que, em tese, não seriam conflitantes), pois não raro homens de Estado acabam associando-se às grandes corporações ou a ela já pertençam quando assumem funções nas cúpulas dos sistemas políticos nacionais. Tais conglomerados, às vezes, de uma forma ou de outra, apoderam-se do Estado. Da mesma forma que no século XVI o Estado transformou-se em instrumento da burguesia comercial e marítima do ocidente europeu, hoje o Estado tornou-se instrumento das grandes corporações globais. Dupas, aliás, definiu isso com precisão quando observou que, ao adotarem políticas de reformas neoliberais, os Estados, de adversários entre si, tornaram-se aliados e sócios da

economia mundial. Concorrendo uns com os outros, reduziram-se “a operadores de segundo nível da política econômica mundial, cada vez mais limitados no espaço de ação de suas políticas interna e externa.” Tal situação tem reflexos até na diplomacia: o bilateralismo interestatal vem sendo substituído, aos poucos, pelo multilateralismo em favor dos atores globais. (*Atores e poderes...*, p.268).

Por aí se percebe o poder das grandes corporações criadas pela lógica global, pois é esta que gera os processos de fusões e incorporações determinados pelo novo padrão competitivo. Tais corporações são “os grandes atores do capitalismo global vencedor”, pois “definem a direção dos vetores tecnológicos, a distribuição mundial da produção e os produtos a serem considerados objetos de desejo.” O nosso autor reiterava as decorrências sociais da concentração de grandes empresas: desemprego, piora na distribuição de renda, acompanhados pela violência urbana, estimulada, inclusive, pela mídia global que valoriza o comportamento antissocial e padrões de consumo reservado a poucos.

Dupas indagou ainda se este começo de século marcaria o início do declínio da hegemonia mundial norte-americana ou o declínio da hegemonia ocidental em favor de uma hegemonia asiática, hipótese em que nos colocaria frente ao surgimento de uma nova ordem, influenciada pela lógica das cadeias globais. As vantagens proporcionadas pela proximidade dos mercados finais de consumo, tanto de bens quanto de serviços, fracionaram a produção que, assim, passou por um verdadeiro processo de “diáspora”, da qual os Estados Unidos são um exemplo eloquente: seu déficit comercial, já superior a 300 bilhões de dólares por ano no início deste século, não seria dificuldade competitiva, pois o que houve foi uma dispersão da produção de suas grandes corporações transnacionais, que buscam bolsões de mão-de-obra e a proximidade do consumidor. As grandes corporações transnacionais geram um sistema de produção, intercâmbio e acumulação de âmbito global, cada vez mais à margem da autoridade estatal, com poder suficiente para subverter conceitos tradicionais de eficiência econômica e para impor regras, mesmo a nações poderosas do mundo.

Os critérios que se assentam na eficácia e na competitividade, isto é, partes daquilo que define o poder mundial, tornam o controle da tecnologia de ponta, dos recursos essenciais e da força de trabalho qualificada ou barata dos países da periferia (sem os ônus causados pelo estado de bem estar social) em componentes estratégicos fundamentais. O paradigma do mercado de trabalho está em mudança. As grandes empresas concentram-se cada vez mais, investem em tecnologia e automação,

promovem a integração de redes terceirizadas e mundializam seus mercados. Entre as consequências desse processo está a supressão dos empregos, substituídos por projetos ou parcerias. Não obstante suas vantagens, o capitalismo global vem, também, com impactos negativos.

Ao dialogar com os textos de Dupas enxerga-se com clareza a presença de forças que Renouvin e Duroselle classificaram como “profundas”. Injunções do tempo presente, diria Pierre Milza, entre as quais está a nova lógica da produção globalizada que exerce força decisiva e determinante nas relações internacionais por meio das grandes corporações, vistas, aliás, no cenário do Ocidente desde o século XVI (basta lembrar as companhias de comércio britânicas e holandesas), mas agora em proporções tais que as transformaram em grandes atores globais. A contribuição de Dupas aos estudos econômicos internacionais está em desvendar como elas se formam, atuam e jogam na grande arena internacional. Embora, não se possa imaginar o mundo sem elas, conforme demonstrado por Dupas, é possível minorar efeitos perversos.

Os textos de Dupas são ricos e contemplam vários assuntos correlatos à temática central, a partir dos quais se amplia a compreensão sobre nossa contemporaneidade. Os citados mais abaixo são verdadeiros manuais, pois abordam grandes questões e suas contradições, entre as quais, o significado do trabalho, migrações, novas tecnologias, futuro do estado nacional, contrapoder da sociedade civil, distribuição do poder mundial, além do exame de conceitos, como o de hegemonia e poder nacional, que são analisados em seguida ou imbricados com o dos atores do jogo global, estes esquematicamente agrupados em três áreas (capital, sociedade civil e Estado), que, por sua vez, envolvem grupos e subgrupos conforme os interesses que representam. Ganham destaque os grupos terroristas, elevados à categoria de novos atores mundiais depois do 11 de Setembro. Associadas a um fundamentalismo (“O terrorismo internacional não é intrinsecamente ligado ao radicalismo islâmico, podendo se associar a qualquer vertente fundamentalista”) e distintas dos movimentos de libertação nacional, as novas redes de terrorismo transnacional são “uma espécie de *ONGs transnacionais da violência* dirigidas principalmente contra os valores norte-americanos ou ocidentais.” (*Atores e poderes...*, p.31-32).

Para concluir, pode-se acrescentar, indo ao encontro do que foi exposto por Dupas, que a crise financeira mundial de 2008-09, pelo modo como foi enfrentada, quebrou esquemas interpretativos, mormente de quem acreditava que vivia sob vigência plena do Estado liberal. Mudanças estão em curso. Ao injetar recursos em escala antes

nunca vista em razão dos números que impressionam, (medidas anticíclicas foi o eufemismo, pois se quis confundir irresponsabilidade e má gestão com os inexoráveis ciclos da economia capitalista) os Estados beneficiaram (quando não salvaram) diretamente grandes corporações. A ajuda indireta fez-se por meio de medidas destinadas a aquecer a economia pela via do aumento do consumo. O Estado salvou corporações, mas o objetivo principal foi evitar uma crise de grandes proporções que afetasse toda a sociedade. A crise, se alguém ainda duvidava, deixou evidente o poder e o quanto se depende da saúde das grandes corporações, mas, em contrapartida, revigorou e evidenciou o papel do Estado, conforme pediu Dupas.

Embora já realçado ao longo desta exposição, ao concluir merece reforço o humanismo e a responsabilidade social de Gilberto Dupas, que teve como norte de suas análises a inclusão social e a distribuição de renda, em razão do que defendeu a intervenção do Estado a fim de se abreviar o doloroso processo de adaptação da economia ao padrão que se desenha neste início de século.

Bibliografia citada:

DUPAS, Gilberto. *Economia global e exclusão social. Pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Hegemonia, Estado e governabilidade: perplexidades e alternativas no centro e na periferia*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

_____. (coord.) *América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora da UNESP, 2005 (a).

_____. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005 (b)

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá. Teoria das relações internacionais*. Trad. de Ane Lize Spaltemberg & Seiqueira Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

MILZA, Pierre. “Política interna, política externa”. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. Trad. de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.